

IMIGRANTES BRASILEIROS ADOLESCENTES E DE SEGUNDA GERAÇÃO EM MASSACHUSETTS, EUA *

Teresa Sales*
Márcia Loureiro♦

Resumo

Na década de 1990 recrudesceram os estudos voltados para os processos de adaptação dos imigrantes à sociedade norte-americana, dessa vez com olhos voltados para os jovens e adolescentes da "nova" segunda geração (hispanicos e asiáticos), com ênfase na sua adaptação e no desempenho escolar. Em nenhum desses estudos foi contemplada a segunda geração de brasileiros imigrantes, possivelmente pelo fato de ser muito recente essa migração (meados dos anos de 1980) e ainda minoritária a presença desses adolescentes na sociedade americana. Este artigo visa preencher essa lacuna.

Inicialmente, apresentamos quantitativamente algumas características da segunda geração de brasileiros imigrantes, ou seja, aqueles que nasceram nos Estados Unidos (no caso desse artigo, no estado de Massachusetts), para o que nos baseamos no número de crianças registradas no Consulado-Geral do Brasil em Boston e de crianças com ascendência materna brasileira computadas no Departamento de Saúde Pública (DPH - Department of Public Health) de Massachusetts.

A maior parte do artigo aborda porém os adolescentes que migraram com seus pais para os Estados Unidos quando eram crianças ou adolescentes, tendo tido sua primeira socialização ainda no Brasil, porém adquirindo formação escolar e identidade cultural em muito semelhantes às dos demais imigrantes de outras nacionalidades e jovens norte-americanos; bem como a inserção desses adolescentes na sociedade americana através da escola e do trabalho. Essa parte do artigo é baseada em dados provenientes de duas fontes: uma pesquisa realizada no período de setembro a dezembro de 2000 através de entrevistas qualitativas com adolescentes em escolas, igrejas e associações; e uma pesquisa quantitativa em 2002 através de um questionário em escolas públicas de Massachusetts com programas bilíngüe inglês-português.

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População e professora do Departamento de Sociologia da Unicamp. A pesquisadora agradece a seus auxiliares de pesquisa no NEPO, Fábio Hirano e Roberta Perez, pela contribuição no processamento dos dados do questionário e pela resenha de textos.

♦ Diplomata, Cônsul Adjunta do Brasil em Boston de 1999 a 2003.

IMIGRANTES BRASILEIROS ADOLESCENTES E DE SEGUNDA GERAÇÃO EM MASSACHUSETTS, EUA *

Teresa Sales*
Márcia Loureiro♦

Introdução

Na década de 1980, a sociedade brasileira começou a experimentar o fenômeno até então desconhecido da emigração de grandes contingentes de brasileiros para o exterior, desencadeada pela crise econômica que o país atravessava àquela altura. Como é sabido, esse fenômeno levou ao estabelecimento de expressivas comunidades de expatriados em diversos pontos do globo, entre os quais, com especial relevância, determinadas regiões dos Estados Unidos, tais como os Estados de Nova York, Massachusetts, Flórida, Connecticut e outros.

Decorridos cerca de vinte anos desde o início daquele fenômeno migratório, verifica-se claramente que o movimento de brasileiros para o exterior, uma vez posto em marcha, adquiriu um impulso próprio. Estudiosos do tema (Margolis, 1998; Sales, 1999; Martes, 1999, Assis, 1999, Fusco, 2001) assinalam a similaridade deste com outros processos migratórios, onde as redes sociais de apoio que gradualmente se formam nos países de origem e de destino funcionam como um dos fatores de suporte e atração para novas levas de migrantes - ao lado, naturalmente, dos elementos econômicos (maiores oportunidades de emprego e níveis de remuneração significativamente mais elevados) e outros fatores que influenciam a decisão de emigrar. Sales (1999) aponta ainda outra semelhança entre os expatriados brasileiros e demais comunidades imigrantes: a gradual transição de um grupo inicialmente composto, em sua maioria, por jovens do sexo masculino, que empreendem sós a aventura imigratória, para uma comunidade onde é cada vez mais significativo o contingente de famílias, muitas delas provenientes de um processo de reunificação familiar, o que tem resultado em uma redefinição das expectativas temporais em favor de uma permanência mais duradoura no país de destino.

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População e professora do Departamento de Sociologia da Unicamp. A pesquisadora agradece a seus auxiliares de pesquisa no NEPO, Fábio Hirano e Roberta Perez, pela contribuição no processamento dos dados do questionário e pela resenha de textos.

♦ Diplomata, Cônsul Adjunta do Brasil em Boston de 1999 a 2003.

Em função dessa mudança de perfil demográfico, a comunidade brasileira nos Estados Unidos tem hoje um segmento particularmente merecedor de atenção, pois apresenta características e necessidades específicas: os adolescentes nascidos no Brasil, que emigraram ainda na infância (como resultado, assinale-se, de uma decisão sobre a qual não lhes foi dado opinar), e que cresceram e foram educados nos EUA, adquirindo formação acadêmica e identidade cultural em muito semelhantes às dos demais imigrantes de outras nacionalidades e jovens norte-americanos. Portes (1996a) se refere a esses como "crianças imigrantes", que se distinguem das "crianças de imigrantes", ou seja, aquelas nascidas nos Estados Unidos de pais imigrantes ou nascidas fora, mas que chegaram em uma tenra idade. Essa segunda categoria, segundo ele, é que constitui a Segunda Geração ou geração "um e meio", como ele prefere chamar.

Na década de 1990 recrudesceram os estudos voltados para os processos de adaptação dos imigrantes à sociedade americana, dessa vez com olhos voltados para os jovens e adolescentes da "nova" segunda geração. Nova no sentido de que oriundos da nova migração de latinos e asiáticos que se intensifica nos Estados Unidos a partir dos anos de 1960. Nova também pelas características etno-raciais desses imigrantes, cuja visibilidade (por exemplo, a presença de crianças não-brancas nas escolas) os distinguem dos nativos e dos descendentes de migrações pretéritas. Um marco importante na retomada desses estudos foi a realização de várias pesquisas de campo conduzidas por diversos pesquisadores de renome no estudos das migrações internacionais nos Estados Unidos e que resultou na publicação de um número especial da *International Migration Review* (volume 28, *winter* 1994). Dois anos depois, esses mesmos artigos foram reeditados em um livro (Portes, 1996). O casal Carola e Marcelo Suárez-Orozco também teve uma contribuição importante no estudo dessa nova segunda geração (1995 e 2002).

A título de introdução, vale a pena destacar algumas questões levantadas por essa bibliografia e outras a ela complementares, que são úteis para pensar o caso brasileiro, do qual nos ocuparemos neste artigo.

A importância do estudo da segunda geração, segundo Portes (1996b), é que as conseqüências da imigração em termos de assimilação se assentam nessa segunda geração, que tanto pode se integrar ao *mainstream* da classe média norte-americana, tal como seus predecessores europeus, como intensificar uma *underclass* multiétnica, sendo esta uma das tendências observadas na nova segunda geração. Essa importância também decorre do fato de que é a segunda geração, e não a primeira, quem definirá a manutenção ou não da língua materna, o crescimento da população dependente do *welfare*, as transformações culturais, e o

declínio ou crescimento do número de casamentos interétnicos. Nas migrações de europeus para os Estados Unidos (Sowell, 1981; Alba, 1985), observou-se um processo de perda da "etnicidade", da língua e da cultura de origem, bem como a ascensão no mercado de trabalho, num processo que seria finalizado na terceira geração. Em outros termos, é o processo comumente denominado em ampla bibliografia de *melting pot*.

Em termos da língua, esse processo de assimilação se deu no passado da seguinte forma: a primeira geração aprendeu inglês apenas o suficiente para sobreviver; a segunda geração falava o idioma de origem em casa e nos grupos comunitários e usava o inglês na escola e na vida pública em geral (até aqui, tal como os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos); e a terceira geração adotou definitivamente o inglês em casa, no trabalho, em todo lugar, abandonando de vez a língua original das gerações anteriores (Portes e Schauffler, 1996). Em relação à nova segunda geração, pelas suas características de maior convivência étnica e sobretudo pela educação bilíngüe, verificava-se um temor, por parte da sociedade e dos poderes públicos norte-americanos, de que o inglês fosse preterido em favor de outros idiomas. Contudo, a pesquisa dos dois autores acima citados mostrou que esse temor seria infundado, pois a grande maioria dos alunos de programas bilíngües teria fluência em inglês, e a prática bilíngüe traria benefícios culturais para as crianças e adolescentes que participam desse tipo de programa nas escolas.

Dois temas emergem com muita freqüência em se tratando da segunda geração: a adaptação dos jovens e adolescentes, tendo como preocupação de fundo a perspectiva da sua assimilação ou não à sociedade de recepção, de um lado; e de outro, também correlacionado com esse primeiro tema, o desempenho escolar.

O pressuposto que está por trás da retomada desses temas é o fato empírico incontestável de que, entre 1980 e 1990, a imigração contribuiu com 39% do crescimento da população total dos Estados Unidos (Rumbaut, 1994). Levando em consideração a própria imigração e os altos índices relativos de fertilidade entre os imigrantes, estima-se que em 1990 o número total de nascimentos de crianças filhas de pais latino-americanos e asiáticos era de 16,4 milhões (Hirschman, 1999, *apud* Portes, 1996b).

A perspectiva de assimilação da assim chamada nova segunda geração, segundo a análise de alguns estudiosos do assunto, guarda uma distância em relação à segunda geração das migrações pretéritas em dois sentidos. Primeiramente, porque os descendentes da última grande imigração iniciaram a sua jornada em posições inferiores, mas ascenderam e até superaram os "WASP" (Lieberson, 1980), em alguma medida devido ao seu status etno-racial. E segundo, o que também explica a mobilidade ascendente daqueles primeiros

imigrantes, porque era outro o momento econômico vivido pelo país. Segundo Kelly e Schaffer (1996), resultados positivos de assimilação podem ser notados nos primeiros estágios do capitalismo americano, quando os imigrantes é que forneciam a força de trabalho necessária à economia em expansão. A internacionalização da economia transformou porém o contexto em que se dava esse tipo de assimilação da era fordista, onde os trabalhadores enxergavam a simples entrada no mercado de trabalho como um primeiro passo para o sucesso. Hoje, com empresas de subcontratação de serviços, muitos obstáculos surgiram no caminho para a inserção sócio-econômica na sociedade receptora. E os autores se questionam: será que os novos imigrantes asiáticos e latino-americanos conseguirão repetir a trajetória de sucesso de seus antecessores?

Nessa mesma direção, Suárez-Orozco (2002) observam que em épocas passadas a remuneração das atividades manufatureiras permitia que trabalhadores do setor industrial, inclusive imigrantes, desfrutassem de um estilo de vida de classe média sem muita educação formal. Essa possibilidade se reduz a cada década e, nesse sentido, as estatísticas são eloqüentes. De acordo com o Escritório do Censo norte-americano, no ano 2000 a remuneração média anual de trabalhadores do sexo masculino entre 25 e 34 anos foi de aproximadamente US\$ 19.000,00 para os que não concluíram o segundo grau, de US\$ 26.000,00 para os que concluíram o segundo grau e de US\$ 42.000,00 para os que concluíram curso universitário de quatro anos ou mais¹.

Sabe-se que o interesse que está por trás da política dos países desenvolvidos de "porta aberta para a migração" (Portes, 1996b) foi sempre as vantagens e benefícios para os empregadores que contratam uma mão-de-obra barata e abundante, sem assumir sobre ela e sua família qualquer responsabilidade. Ou seja, desde a origem do processo migratório a divisão de trabalho tem sido essa: os empregadores contratam os trabalhadores; o Estado cuida de suas famílias; e o futuro toma conta de si. Graças a uma economia em expansão e uma série de outros fatores associados, os migrantes do começo do século obtiveram sucesso, o que é duvidoso para os novos migrantes em face da reestruturação das indústrias e até mesmo do acirramento do preconceito racial². Daí que a grande maioria dessa segunda geração não branca e pobre depende dos recursos da família e da comunidade em que estão inseridas.

¹ U.S. Department of Commerce, Bureau of Census, *Current Populations Surveys 1972-2001*, tabela 16.

² Em relação somente aos imigrantes brasileiros, vide reportagem publicada em 14/11/2003 no "MetroWest Daily News", jornal que circula na região a oeste de Boston, onde é grande a concentração de brasileiros: "Joe Rizoli wants to make one thing clear -- he is not a bigot. Last night, though, he compared most of the town's Brazilian population with "litter" and thieves and insisted Framingham has been "raped" by immigrants. Rizoli last night presided over a rollicking, two-hour first meeting of Concerned Citizens and Friends of Immigration

As perspectivas apontadas por Hirschman (1996) de integração da nova segunda geração à economia norte-americana são ainda mais sombrias. Partindo da hipótese clássica “adaptação = americanização”, segundo a qual quanto mais tempo o imigrante permanece nos Estados Unidos maior será seu progresso socioeconômico e menor sua semelhança com seu grupo étnico de origem, ele confronta essa hipótese com a análise do desempenho da nova segunda geração dos imigrantes pós 1965 provenientes da Ásia e América Latina. Esses imigrantes se **defrontam** com a situação econômica das duas últimas décadas (1980 e 1990), cujas oportunidades são sobretudo no setor de serviços, em empregos de baixa remuneração e reduzidas oportunidades de ascensão profissional.

Já Zhou e Bankston III (1996), adotando a perspectiva da adaptação da nova segunda geração pela ótica do capital social em relação aos imigrantes vietnamitas, têm uma visão mais otimista em relação a essa adaptação, indicando que o capital social dentro da família e da comunidade tem permitido à segunda geração atingir sucesso escolar e profissional. A tese por eles desenvolvida é que os imigrantes vietnamitas de segunda geração da região por eles pesquisada (New Orleans), através do envolvimento constante de todas as famílias, desenvolvem uma forte identidade étnica, assim como padrões de comportamento e expectativas esperados pela comunidade. Para eles, o capital social é mais importante do que o capital humano e as características individuais dos pais, como fator para determinar a adaptação e integração dos jovens imigrantes.

O segundo tema abordado em relação à segunda geração, relacionado ao desempenho escolar, também tem sido motivo de muitas pesquisas. Perlmann, Joel e Waldinger (1997) assinalam que a pesquisa sobre imigração está vagarosamente mudando o seu foco dos recém-chegados para as crianças imigrantes. Esta mudança de foco seria resultado da visível presença das crianças imigrantes nas escolas e também, para muitas delas, de sua participação no mercado de trabalho, conforme veremos mais adiante em relação ao caso dos adolescentes imigrantes brasileiros.

Uma das pesquisas com estudantes em escolas foi realizada em dois contextos de forte presença migratória: San Diego, na Califórnia e Miami Dade e Broward (Fort Lauderdale), na Flórida, numa ampla amostra que continha 5.127 entrevistados provenientes de países da Ásia, América Latina e Caribe. Para entrar na amostra o estudante tinha que ser estrangeiro ou, se nascido nos EUA, ter pelo menos um dos pais com nacionalidade estrangeira. Dois importantes estudos resultantes dessa pesquisa foram o de Rumbaut (1996), que abordou a

Law Enforcement, an anti-immigration group he helped found. (...)”

identidade étnica, a auto-estima e a assimilação segmentada; e o de Kelly e Schaffer (1996), que abordou a nova assimilação desses imigrantes. Nesse último estudo se evidencia um enfoque que correlaciona o desempenho escolar e as diversas etnias.

Outra importante pesquisa foi conduzida por Carola e Marcelo Suárez-Orozco (1995). Realizada com estudantes latinos tanto em uma área de origem (Guadajuanato) no México, como nos Estados Unidos com migrantes recentes do México, mexicano-americanos, refugiados da América Central, cubano-americanos e porto-riquenhos, essa pesquisa faz uma comparação entre essas etnias no que diz respeito aos seguintes quesitos: taxa de desemprego, taxa de nascimentos fora do casamento e proporção de famílias pobres. Com essa pesquisa os autores tentaram mostrar como são insuficientes as teorias de assimilação e aculturação dos imigrantes, por suas proposições "fechadas" para um fenômeno que eles consideram aberto, dinâmico e que flui pelas gerações e afeta diferentemente as experiências da primeira para a segunda geração. Outra conclusão da pesquisa muito se aproxima do caso brasileiro, quando eles consideram que as crianças filhas dos imigrantes de primeira geração tornam-se receptoras das ansiedades, ambições, sonhos e conflitos de seus pais. Por não terem um domínio do inglês, os pais se vêem incapazes de ajudar os filhos em atividades como as tarefas escolares, e isso passa a ser motivo de muita ansiedade e sensação de inadequação e vergonha. Por outro lado, por esse mesmo motivo, muitas vezes os pais restringem as atividades de seus filhos e procuram minimizar a influência da sociedade receptora.

Em nenhum desses estudos rapidamente percorridos até aqui, foi contemplada a segunda geração de brasileiros imigrantes, pelo fato de ser muito recente essa migração e ainda minoritária ou até invisível a presença desses adolescentes na sociedade americana. Aos poucos, porém, essa presença vai sendo demarcada, não somente pela presença da comunidade através das empresas étnicas em cidades de concentração do fluxo, tais como, na região metropolitana de Boston, Framingham, Somerville e o bairro de Allston em Boston, mas também pela bibliografia que também começa a ser divulgada em inglês (Margolis, 1993; Goza, 1994; Sales, 2003; Bezerra, 2003).

Este artigo visa a preencher essa lacuna com os poucos dados de que se dispõe até o momento. Na segunda seção, após esta Introdução, vamos apresentar quantitativamente algumas características da nova segunda geração de brasileiros imigrantes. A seguir, na terceira seção, baseadas em pesquisas de campo com adolescentes sobretudo nas escolas, analisamos a sua inserção na sociedade americana através da escola e do trabalho, assunto que se aprofunda na quarta seção do artigo. E finalmente, abordamos um tema que tem se constituído em preocupação central tanto das políticas públicas brasileiras através de sua

atuação consular, como dos movimentos sociais da comunidade brasileira na região da Nova Inglaterra, que é o desafio da educação universitária para nossos jovens imigrantes.

Brasileiros nascidos em Massachusetts

A segunda geração é efetivamente aquela dos filhos de imigrantes brasileiros nascidos nos Estados Unidos. Contudo, pelo fato de ser uma imigração recente, de menos de 20 anos (considerando que o início do fluxo se deu em meados da década de 1980), ainda não é possível ter uma amostra significativa dessa segunda geração de imigrantes brasileiros que pudessem ser objeto de entrevistas em uma pesquisa de campo.

Porém o interesse por essa segunda geração é muito grande, considerando que é ela quem vai dar o contorno e as características dessa que é uma das mais recentes correntes migratórias nos Estados Unidos. Fomos então buscar dados das estatísticas vitais norte-americanas, bem como do Consulado-Geral do Brasil, a fim de apresentar, pelo menos quantitativamente, como vem se constituindo essa segunda geração de imigrantes brasileiros em Massachusetts.

A seguir, veremos na tabela 1 o número de crianças registradas no Consulado-Geral do Brasil em Boston e o número de crianças com ascendência materna brasileira computadas no Departamento de Saúde Pública (DPH - Department of Public Health) de Massachusetts. Como podemos ver na tabela 1, a quantidade de crianças registradas no Consulado é inferior à registrada no "*Primary Care Perinatal Data Form*", formulário que é enviado ao DPH - *Department of Public Health (Bureau of Family and Community Health, Office of Statistics and Evaluation)* e que gentilmente nos cedeu alguns cruzamentos de dados para esse trabalho.

Tabela 1

Crianças registradas no Consulado-Geral do Brasil em Boston (1998-2002) e crianças com ascendência materna brasileira computadas no Departamento de Saúde Pública (DPH - Department of Public Health) de Massachusetts (1998- 2001)

Ano	números do Consulado	números do DPH	taxa de crescimento DPH
1998	463	683	
1999	644	799	17%
2000	708	1.033	29%
2001	697	1.282	24%
2002	696	-	
TOTAL	3.208	3.797	

Fonte: DPH - Massachusetts e Consulado-Geral do Brasil em Boston

Considerando que a jurisdição do Consulado ultrapassa o Estado de Massachusetts (o Consulado atende também aos Estados de Maine, Vermont, New Hampshire e Rhode Island), essa diferença poderia ser até maior, pois no caso das estatísticas do DPH, elas se referem apenas ao Estado de Massachusetts. Há ainda uma série de outros fatores que interferem nesses números do Consulado, para menos, em comparação do DPH.

Primeiramente, essas crianças podem estar sendo registradas em outras repartições consulares, mesmo tendo nascido na área sob a jurisdição do Consulado em Boston (a situação inversa também pode acontecer, qual seja, de crianças que nasceram em outros Estados fora da jurisdição do Consulado em Boston serem nele registradas), pois a rigor todos os consulados brasileiros nos Estados Unidos estão habilitados a lavrar registros de nascimento de crianças brasileiras nascidas em qualquer Estado norte-americano. Pode também haver por parte dos pais a intenção de não registrar os filhos no Consulado brasileiro, e sobre isso não se tem nenhum dado disponível. O que ocorre com relativa frequência, segundo a própria observação cotidiana dos agentes consulares, é que muitos pais deixam para registrar os filhos apenas quando isto se faz necessário, por exemplo no momento da emissão de um passaporte.

Por outro lado, os números registrados no *Primary Care Perinatal Form* também não expressam a totalidade de crianças brasileiras nascidas naquele Estado norte-americano, mas apenas as crianças com ascendência materna brasileira. Ficam de fora portanto todas as crianças com ascendência paterna brasileira e cujos pais tenham como companheiras mulheres de outra origem nacional que não a brasileira.

Mesmo com todas essas limitações, são esses os dados de que dispomos e eles servem pelo menos para dar uma idéia do crescimento da segunda geração de brasileiros em Massachusetts. Considerando que os dados do Consulado têm essa limitação de serem incompletos, utilizamos os do DPH, que são definitivos (embora sem considerar um certo número de crianças que tenham apenas ascendência paterna brasileira), para calcular a taxa de crescimento anual da segunda geração de brasileiros naquele Estado. Essa taxa, como podemos ver na tabela 1, é de 17% no período de 1998 para 1999; de 29% no período de 1999 a 2000; e de 24% no período de 2000 a 2001. Precisariamos de uma seqüência temporal maior para verificar se essa diminuição na taxa de crescimento entre os anos de 2000 e 2001 foi apenas um fator ocasional entre esses dois anos, ou se ela se manteria nos períodos posteriores, significando um refluxo no crescimento ascendente da segunda geração que se manifestou nos dois períodos anuais anteriores. Pela observação de campo das pesquisadoras que assinam esse artigo, tudo indica que esse crescimento continuaria ascendente nos períodos anuais mais recentes.

Além do número de crianças nascidas, o *Department of Public Health* ainda nos colocou à disposição alguns cruzamentos de dados originários daquele formulário, que são de muito interesse para esse primeiro conhecimento quantitativo da primeira geração de imigrantes brasileiros em Massachusetts. Tais dados são: os nascidos vivos de mães brasileiras por cidade de nascimento dos filhos em Massachusetts e por cidade de nascimento das mães no Brasil; assim como a ancestralidade da mãe por mães com menos de 18 e menos de 20 anos, pelo peso do filho, pelo cuidado pré-natal adequado, pelo parto por operação cesariana e pela amamentação.

Comentemos primeiramente esses últimos dados, que têm interesse apenas secundário para nosso objeto de estudo, mas que interessam pelo aspecto comparativo das mães brasileiras com mães de outras ancestralidades.

Das 683 crianças nascidas de mães brasileiras em Massachusetts em 1998 (que representam apenas 0,8% das 81.406 crianças nascidas naquele Estado naquele ano, enquanto as de Porto Rico, por exemplo, representaram 5,5% e da República Dominicana 1,8%), apenas 18, ou 2,6% foram de mães com menos de 18 anos, proporção essa igual à média do

Estado; enquanto a proporção das crianças nascidas de mães porto-riquenhas da mesma faixa etária foi de 12,7% e de mães cambodianas de 11,8%. Em 1999 essa proporção brasileira baixou para 1,8%, abaixo da média do Estado que foi de 2,4%; em 2000 voltou a crescer para 2,3%, quase igual à média do Estado (2,2%); e em 2001 volta a cair para 1,6%, enquanto a média do Estado foi de 2,1%. O que significa que gravidez de adolescente (*teen births*, como é denominada na tabela) não chega a se constituir em um problema de proporções significativas para as imigrantes brasileiras em Massachusetts.

Vale notar ainda que a proporção de crianças nascidas de mães brasileiras veio crescendo nesses quatro anos (de 1998 a 2001) não apenas em números absolutos, como se viu na tabela 1, mas também proporcionalmente em relação às outras origens nacionais. Se em 1998 representavam 0,8% sobre o total das 81.406 crianças nascidas no Estado de Massachusetts, em 1999 representavam 1,0%, em 2000 1,3% e em 2001 1,6%.

Ainda observando os dados das tabelas sobre "Características do nascimento pelas principais ancestralidades maternas em Massachusetts" naqueles 4 anos disponíveis (essas 4 tabelas seguem em anexo), as mães brasileiras chamam a atenção ainda por dois indicadores: o número de operações cesarianas e a amamentação. Em relação à amamentação, as mães brasileiras têm uma proporção pouco acima de 90% em todos os anos, bem acima da proporção do Estado de Massachusetts, que tem essa proporção pouco acima de 70% nos quatro anos. As mães brasileiras, no item da amamentação, ficam sempre em segundo lugar em proporção, abaixo apenas das mães de ancestralidade *Asian Indian*. Já no item das operações cesarianas, as brasileiras estão proporcionalmente acima de todas as outras, com proporções crescentes ano a ano de 28,6% em 1998 a 37,8% em 2001.

Estariam as mães brasileiras exportando para os Estados Unidos essa prática tão comum ao Brasil, que se destaca por ser o país campeão em cesarianas no mundo? Não, tudo indica que isso é apenas uma consequência dessa prática brasileira, sabendo-se que os médicos, por uma questão de procedimento médico mais seguro, fazem a operação cesariana quando a mãe foi submetida a essa operação em parto(s) anterior(es).

Vejamos por fim o dado mais interessante do *Primary Care Prenatal Data Form* e que diz respeito mais especificamente ao nosso interesse em relação à primeira geração de imigrantes brasileiros em Massachusetts. A partir das tabelas de cruzamentos fornecidas pelo *Department of Public Health*, refizemos a mesma tabela de forma mais sucinta e com os municípios colocados em ordem decrescente de importância numérica. Temos então os dados da tabela 2 que passaremos a analisar em seguida.

O primeiro aspecto a ressaltar dos dados da tabela 2 é a extrema diversidade em que se espalham os nascimentos de brasileiros por todo o Estado de Massachusetts. Essa diversidade é mais visível ainda na tabela original fornecida pelo DPH, que serviu de base para a construção da tabela 2, mais reduzida. Naquela tabela podemos observar que, embora em pequena quantidade, registraram-se nascimentos de brasileiros em praticamente todos os municípios de Massachusetts.

Há contudo uma concentração maior em alguns municípios, sobretudo naqueles que compõem a Região Metropolitana de Boston, onde estão pouco mais de 1/3 das crianças nascidas nesse período. Dentre esses municípios da área metropolitana, destaca-se Framingham com 13,78% das crianças filhas de mães brasileiras nascidas em Massachusetts, seguido por Boston e Sommerville, cada um com pouco mais de 8%.

Tabela 2 - Filhos de mães brasileiras segundo os principais municípios de nascimento no Estado de Massachusetts entre 1999-2001

Cidade	Frequência	%
Framingham	429	13,78
Boston	267	8,57
Sommerville	260	8,35
Everett	185	5,94
Lowell	165	5,30
Worcester	154	4,95
Malborough	149	4,78
Malden	95	3,05
Revere	85	2,75
Barnstable	64	2,06
Midford	58	1,86
Lynn	55	1,77
Brockton	53	1,70
Fall River	51	1,64
Chelsea	50	1,61
Medford	48	1,54
Peabody	45	1,45
Hudson	44	1,41
Cambridge	43	1,38
Ashland	43	1,38
Yarmouth	38	1,22
Weymouth	37	1,19
New Bedford	32	1,03
Cidades 10 a 30 nascimentos	349	11,19
Cidades - de 10 nascimentos	315	10,2
TOTAL	3114	100,00

Fonte: DPH - Massachusetts

A tabela de municípios brasileiros fornecida pelo DPH exigiu um trabalho minucioso com o auxílio de dados do Censo Brasileiro de 2000, a fim de identificar corretamente o município de origem de cada mãe brasileira, em razão das imprecisões ortográficas contidas nos registros do DPH. O município de Governador Valadares, por exemplo, é grafado em 12 diferentes versões, a depender possivelmente de quem informou e de quem registrou. Anotamos, para fins desse trabalho, apenas os municípios que se destacaram com mais de 30 mães de crianças nascidas em Massachusetts, que são: Governador Valadares, MG, 183; São Paulo, SP, 162; Rio de Janeiro, RJ, 137; Belo Horizonte, MG, 117; Curitiba, PR, 64; Criciúma, SC, 51; Conselheiro Pena, MG, 49; Goiânia, GO, 44; Vitória, ES, 44; Ipatinga, MG, 37; Anápolis, GO, 36. Desses 11 municípios, pouco mais da metade (6) são capitais de importantes Estados brasileiros e 4 são cidades do Estado de Minas Gerais, lideradas, como era de se esperar, por Governador Valadares.

A partir das informações sobre os municípios de origem das mães brasileiras, pudemos chegar aos seus Estados de origem, bem como às regiões de origem. Vejamos inicialmente os Estados de origem das mães brasileiras, através dos dados da tabela 3.

Como vemos, a maior concentração de mães brasileiras em Massachusetts provém do Estado de Minas Gerais, com 40 % dos casos. Bem abaixo, com apenas 12% dos casos, está São Paulo e logo depois o Paraná e o Rio de Janeiro (9%). Destacam-se ainda os Estados de Santa Catarina (7%), Espírito Santo e Goiás (6%). Apesar de haver ainda uma grande concentração de mães provenientes de Minas Gerais, o que é explicado pelo início do fluxo, que teve um grande peso desse Estado enquanto área de origem, observa-se contudo uma presença de 24 dentre os 27 Estados brasileiros. Isto vem corroborar as observações qualitativas em campo, que mostram justamente a expansão das áreas de origem no Brasil.

Tabela 3

Estado de origem das mães brasileiras que tiveram filhos em Massachusetts entre 1999 e 2001

Estados	Número	%
Minas Gerais	729	39,97
São Paulo	227	12,45
Paraná	169	9,27
Rio de Janeiro	164	8,99
Santa Catarina	127	6,96
Espírito Santo	108	5,92
Goiás	107	5,87
Bahia	50	2,74
Distrito Federal	24	1,32
Rio Grande do Sul	23	1,26
Pernambuco	22	1,21
Pará	15	0,82
Mato Grosso do Sul	12	0,66
Mato Grosso	7	0,38
Ceará	7	0,38
Paraíba	5	0,27
Maranhão	5	0,27
Piauí	4	0,22
Rio Grande do Norte	4	0,22
Rondônia	4	0,22
Tocantins	4	0,22
Sergipe	3	0,16
Alagoas	3	0,16
Amazonas	1	0,05
Total	1824	100,00

Fonte: DPH - Massachusetts

A tabela 4, resumindo os dados dessa tabela 3, mostra as regiões de origem das mães brasileiras. Vale notar aí a grande concentração na região Sudeste, de onde se originaram mais de 3/4 das mães brasileiras em Massachusetts. Junto com a região Sul, que responde por 17,5%, as duas representam 85% das mães brasileiras naquele Estado dos Estados Unidos. Esse quadro é possivelmente muito aproximado do que se conhece das observações de campo em relação ao fluxo migratório do Brasil para os EUA, que vem diversificando as áreas de origem no Brasil. Em seguida à região Sul vem a Centro-Oeste, com menos da metade de mães em relação à região Sul, vindo a seguir a região Nordeste e por fim a região Norte. É interessante observar como nesse período coberto pelas tabelas 3 e 4 (1999 a 2001), em uma amostra parcial do fluxo migratório brasileiro que se refere apenas às mães que tiveram filhos em Massachusetts, estão representadas todas as regiões brasileiras na composição das regiões de origem.

Tabela 4

Regiões de origem das mães brasileiras que tiveram filhos em Massachusetts entre 1999 e 2001

Regiões	Número	%
Sudeste	1.228	67,4
Sul	319	17,5
Centro-Oeste	150	8,2
Nordeste	103	5,6
Norte	24	1,3
Total	1824	100,0

Fonte: DPH - Massachusetts

Os adolescentes imigrantes

Nesta seção do artigo vamos abordar a segunda geração de imigrantes, adotando aqui o conceito de geração no sentido biológico do termo, pois a rigor a população adolescente que é objeto de nossas considerações é constituída pelos que migraram com seus pais para os Estados Unidos quando eram crianças ou adolescentes (com apenas uma exceção), tendo a grande maioria tido sua primeira socialização ainda no Brasil. Os dados para essa análise são

provenientes de duas fontes: uma pesquisa que realizamos no período de setembro a dezembro de 2000 através de entrevistas qualitativas com jovens em escolas (3/4 dos entrevistados), igrejas e associações; e uma pesquisa quantitativa através de um questionário que foi enviado, em 2002, para as escolas públicas de Massachusetts nas quais funcionava o programa bilíngüe inglês-português. A fase das entrevistas qualitativas, que foram feitas não apenas com os imigrantes brasileiros adolescentes, mas também com responsáveis por programas de educação, foi realizada por Teresa Sales enquanto esteve vinculada ao *David Rockefeller Center for Latin American Studies* de *Harvard University*. E a segunda fase, da aplicação dos questionários, foi realizada com a colaboração de Márcia Loureiro no envio e recepção dos questionários.

Nessas duas fases da pesquisa tivemos uma amostra de 45 entrevistados na fase das entrevistas qualitativas em 2000 e 73 questionários respondidos em 2002. Todos os entrevistados eram alunos do segundo grau em municípios da Grande Boston. Em 2000, os alunos eram de *high schools* de Somerville, Medford, Cambridge, Watertown, Framingham e Everett. E em 2002 os alunos eram de *high schools* de Framingham e Malborough.

Conforme pode-se ver na tabela 5, que reúne esses dados, é praticamente idêntica a proporção de moços e moças de nossa amostra. A idade varia entre 13 e 20 anos, sendo que a maior parte se concentra na faixa de 15 a 16 anos (44%).

Tabela 5

Sexo e idade dos adolescentes da região metropolitana de Boston - 2000 e 2002

Idade	Masculino	Feminino	Total	%
13 e 14	10	14	24	20,3
15 e 16	29	23	52	44,1
17 e 18	19	18	37	31,4
19 e 20	2	3	5	4,2
TOTAL	60 (50,8)	58 (49,2%)	118	100,0

Fonte: Entrevistas em 2000 e survey em 2002

O fato dos questionários terem sido preenchidos e a maior parte das entrevistas terem sido feitas com alunos do programa bilíngüe de *high schools* terminou por dar um certo viés nos dados, no sentido desse universo de pesquisados ser constituído de adolescentes com pouco tempo de residência nos Estados Unidos. Isso porque eram justamente os novos alunos

que, em geral, eram matriculados no programa bilíngüe enquanto que, quanto maior o tempo de permanência na escola, maior a possibilidade desses alunos saírem do programa bilíngüe e entrarem no programa *mainstream* da escola. Por isso, temos no nosso universo de pesquisa uma proporção tão elevada de adolescentes que haviam chegado a Massachusetts há um ano ou menos (41%) e há 2 anos ou menos (70%), conforme pode-se ver nas frequências acumuladas da tabela 6.

Tabela 6

Período de chegada dos adolescentes na Região Metropolitana de Boston - 2000 e 2002

Período de chegada	número	%	% acumulada
menos de 1 ano	26	22,0	22,0
1 ano	23	19,5	41,5
2 anos	34	28,8	70,3
3 a 4 anos	16	13,6	83,9
5 a 6 anos	10	8,5	92,4
mais de 7 anos	8	6,8	99,2
nasceu nos EUA	1	0,8	100,0
total	118	100,0	

Fonte: Entrevistas em 2000 e Survey em 2002

Esses adolescentes, tal como as mães brasileiras de crianças nascidas em Massachusetts (tabela 4), são provenientes de todas as regiões brasileiras, porém com uma concentração maior no Estado de Minas Gerais (40%) e, portanto, na região Sudeste. É o que podemos observar na tabela 7. Diferentemente das mães brasileiras de crianças nascidas em Massachusetts, porém, a segunda região de origem desses adolescentes não é o Sul, mas sim o Centro-Oeste, de onde provêm 20% deles. Aqui também o maior destaque está com o Estado de Minas Gerais, que foi classificado separadamente para dar visibilidade a sua importância enquanto região de origem dos adolescentes dessas pesquisas.

Tabela 7

Região de origem dos adolescentes da região metropolitana de Boston - 2000 e 2002

Região de origem	Número	%
Sul	12	10,2
Sudeste (exceto Minas Gerais)	21	17,8
Minas Gerais	47	39,8
Centro-Oeste	23	19,5
Norte e Nordeste	14	11,9
Estados Unidos	1	0,8
Total	118	100,0

Fonte: Entrevistas em 2000 e Survey em 2002

Quando preencheram os questionários com a questão sobre onde preferem morar, a maior parte dos 72 que responderam disseram que preferem os Estados Unidos (52%), enquanto 39% disseram que preferem morar no Brasil e 9% que querem morar nos dois lugares. É interessante confrontar essa resposta com outra feita ao final do questionário, de caráter bem subjetivo, que perguntava: "quando pensa no Brasil, o que lhe vem à cabeça?"

As respostas dos 71 que responderam foi a seguinte, pela ordem: 38% família; 31% saudade; 27% uma série de fatores que juntamos como fatores positivos; e 4% uma série de fatores que juntamos como negativos. Já em relação aos Estados Unidos, as respostas foram bem diferentes: 33% futuro melhor; 29% lugar para trabalhar; 22% fatores positivos; 16% fatores negativos.

Aparentemente há uma contradição entre a preferência em morar nos Estados Unidos e o imaginário desse país para os adolescentes brasileiros que responderam ao questionário. Enquanto o imaginário do Brasil tem a família em primeiro lugar, seguido de saudade e de 27% de fatores positivos, com apenas 4% de fatores negativos; o imaginário dos Estados Unidos está mais ligado ao futuro e ao trabalho, mas com uma taxa mais elevada em relação ao Brasil dos fatores negativos, 16%, e a taxa de fatores positivos menor do que a do Brasil, 22%. No confronto dessas duas questões podemos ver uma proximidade dessa segunda geração com a primeira geração dos pais, que em geral têm um imaginário mais positivo em relação ao Brasil, mas que estão mais propensos a morar nos Estados Unidos pelos fatores objetivos que ligam sua vida de trabalho àquele contexto estrangeiro.

Finalmente, vale assinalar dois fatos que ficaram muito marcantes nas entrevistas feitas com adolescentes em 2000: a presença do trabalho no cotidiano de suas vidas; e a aspiração pela continuidade dos estudos na universidade após a conclusão da *high school*. Ao lado do dilema de voltar ao Brasil ou permanecer nos Estados Unidos, que é o mesmo vivido por seus pais, esses jovens vivem ainda o dilema do trabalho *versus* o estudo, num tipo de vida que muito se diferencia da que tinham no Brasil. O questionário aplicado nas escolas em 2002 levou em conta as análises feitas com os dados das entrevistas de 2000 (Sales, 2001), que apontavam para esses fatos e esses dilemas.

Nas próximas duas seções desse artigo abordaremos esses dois importantes aspectos na vida do adolescente imigrante do Brasil em terras norte-americanas.

Estudar e Trabalhar

Daniela tem 16 anos, é aluna da Somerville High School. Todos os dias sai do colégio às 2:30 e pega 3 conduções para chegar pelas 4 horas no Student Center do MIT (Massachusetts Institute of Technology). Lá ela é caixa em um pequeno mercado que atende sobretudo à clientela de estudantes daquela universidade, junto com mais duas funcionárias, também imigrantes brasileiras de sua faixa de idade que exercem a mesma função de caixa. De vez em quando, tanto ela quanto as outras são solicitados para fazer outras tarefas, como preparar sanduíches, saladas e molhos que têm grande saída para os apressados estudantes. Trabalha das 4:30 às 9:30 ou 10 horas da noite, não tendo horário fixo para sair do trabalho. Chegará em casa pelas 10 ou 11 horas da noite, tempo de jantar depois de todos da casa, aprontar o material escolar para o dia seguinte, e, se tiver alguma tarefa absolutamente urgente, espichar a noite até mais tarde. No dia seguinte dará seus cochilos em aulas menos interessantes, esperando que chegue o sábado, único dia em que terá a manhã e parte da tarde livre, poderá almoçar com os familiares em casa e até ir a uma festa de brasileiros muito animada, depois que sair do trabalho. No domingo trabalhará todo o dia (seu dia de folga é às quintas feiras) e à noite tentará pôr as tarefas do colégio em dia, o que quase sempre é impossível.

Essa rotina de Daniela é bastante comum entre os 45 jovens adolescentes entrevistados em 2000. Dentre todos, pouco mais da metade (55,6%) trabalham regularmente e 22% trabalham nos finais de semana ou já trabalharam e estão disponíveis para novos trabalhos. São portanto quase 80% os que tinham experiência de trabalho, ou, em outros

termos, os que tinham o trabalho como um componente de seu cotidiano. Apenas 10 entrevistados, ou 22%, ainda não tinham experiência de trabalho, sendo que todos estes 10 estavam na faixa de idade mais jovem, entre 13 e 14 anos de idade (Sales, 2001:363).

Dentre os 73 estudantes de *high schools* de Framingham e Malborough que responderam ao questionário em 2002, 40 (54%) trabalhavam, 31 (43%) não trabalhavam e 2 (3%) não responderam. É uma proporção menor dos que trabalham, em comparação aos 45 entrevistados em 2000, pois também nesse caso a pergunta era "Você trabalha ou já trabalhou?" Como o questionário é menos preciso do que a entrevista, em que o entrevistador tem condições de checar a resposta e permanecer mais tempo junto ao entrevistado, é possível que os que responderam ao questionário não tenham dado a devida atenção a segunda parte da pergunta, se "já trabalhou". Mesmo assim, mais da metade responderam afirmativamente à pergunta.

Trata-se portanto de um universo de estudantes trabalhadores. Muito embora essa prática seja comum aos estudantes americanos de segundo grau, eles trabalham mais comumente nos finais de semana e na época das férias, dentro do regulamento para trabalho de menores dos Estados Unidos, o qual estabelece que o menor entre 14 e 16 anos só pode trabalhar aos sábados e domingos, e o menor entre 16 e 18 anos pode trabalhar nos dias da semana, porém somente até as 10 horas da noite. No caso do trabalhador imigrante porém, nem sempre as regras são cumpridas, sobretudo em relação aos imigrantes não documentados. Muitos desses menores, mesmo antes dos 16 anos, trabalham muito, de 6 a 8 horas por dia, após a escola, o que evidentemente prejudica o rendimento escolar. Foram ouvidos durante a pesquisa muitos depoimentos de professores e orientadores sobre o problema constante de alunos brasileiros que dormem durante as aulas.

O trabalho desses adolescentes é prioritariamente no setor serviços (principalmente lanchonetes e restaurantes), e no comércio (principalmente super-mercados). Dos que trabalhavam em 2002, 74% atuavam no setor de serviços e 26% no setor do comércio. O questionário aplicado em 2002 tem ainda algumas perguntas sobre o trabalho do imigrante adolescente brasileiro. Quanto ganhou na última semana: dos que responderam a essa pergunta (apenas 31), 58% declararam ganhar até US\$ 150.00; 19% que ganharam de US\$ 150 a 200.00; e 23% que ganharam acima de US\$ 200.00. Com quem conseguiu o atual ou último emprego: dos 34 que responderam, a maior parte (41%) foi por conta própria, vindo a seguir amigos (22%), e a mãe (12%). Os demais membros da família aparecem em proporções pequenas entre o pai, irmão/irmã, tio/tia, primo/prima. E finalmente, qual parte do salário vai para a família: dos 38 que responderam, 42% disseram que nada; 18% que 1/4;

24% que metade; 13% que todo o salário; e 3% que não dá sempre. Essa questão constou apenas no questionário e não fez parte do roteiro das entrevistas feitas 2 anos antes. Nessas porém, foi possível verificar mais a fundo o significado do trabalho na vida desses adolescentes.

Para eles, o trabalho é antes de tudo um marco de diferença entre a vida no Brasil e a vida nos Estados Unidos. Dos entrevistados em 2000, apenas 3 (7%) dos 45 haviam tido experiência de trabalho no Brasil previamente à migração para aquele país. Em relação aos que responderam ao questionário em 2002, essa proporção dos que haviam trabalhado no Brasil é mais elevada: 13 (18%) dos 73 responderam afirmativamente.

O Brasil é o mundo da família grande de avós, tios e primos que ficou para trás, o mundo onde eles eram crianças, brincavam, ou só estudavam sem precisar trabalhar e a vida estava assegurada pelos adultos. Como dizia um dos entrevistados, "*lá a gente se divertia*". Nos Estados Unidos eles partilham esse mundo adulto através do trabalho.

Mas o trabalho lá também significa a abertura do mundo do consumo, até então não usufruído com tamanha liberdade. Muitos dos entrevistados se preocuparam em afirmar que eles não trabalhavam por necessidade, e sim para ter um dinheirinho e poder comprar suas próprias coisas sem precisar pedir aos pais.

O significado do trabalho para esses adolescentes variou entre esses que valorizavam a possibilidade de "ter o seu dinheirinho para o consumo" (cerca de metade se situa nesse caso) e a outra metade que vê o trabalho também como um meio de ajudar no sustento familiar.

Fabiano, 17 anos, estudante da High School de Somerville, faz design para camisas e conseguiu esse trabalho por intermédio da tia que conhecia seu chefe. Veio há 2 anos e está nesse trabalho há um ano. Diz que trabalha porque tem que pagar o aluguel da casa onde mora com a mãe que chegou há apenas 2 meses. Gosta do seu trabalho porque acha que nele está aprendendo uma profissão e conclui seu depoimento dizendo muito sério: "trabalho para poder me sustentar".

A referência principal na vida desses adolescentes é a própria comunidade brasileira e a família, onde esse mundo do trabalho permeia toda a vida, inclusive os finais de semana, pois para esses brasileiros imigrantes, inclusive os adolescentes estudantes-trabalhadores, o *day off* é em regra geral situado em um dia da semana e quase nunca no final de semana. Apenas a frequência à igreja compete com o trabalho nos finais de semana.

Bruno, 14 anos, estuda na Middle School de Watertown e trabalha em uma loja de bebidas. Carrega caixas, faz limpeza e às vezes trabalha no caixa, quando o movimento está

muito grande. Trabalha lá das 6 até às 9 horas da noite e no final de semana seu horário fica na dependência de acertos com o patrão, que é um imigrante de origem hispânica que mora em seu prédio e conhece bem sua família. Fica no colégio desde o final das aulas às 2:30, mas nessas horas pouco aproveita para estudar. Vai para os esportes, principalmente o futebol, onde faz parte do time do colégio e que é o esporte de que ele mais gosta.

Tanto no caso de Daniela como principalmente nesse de Bruno, podemos ver que o trabalho do adolescente imigrante é muito flexível. Respeitado o horário escolar, todo o tempo restante é manipulado pelo empregador não apenas com tarefas variáveis, mas também com horários variáveis para sair. Daniela é caixa, mas também faz sanduíches e saladas. Bruno já é por definição o que vulgarmente se diz “pau para toda obra”. É contratado para o trabalho mais pesado de limpeza e carregar caixas, mas também pode ir para o caixa. Além disso, no final de semana seu horário fica na dependência dos acertos com o patrão. Foram muitos os depoimentos que se referiram explicitamente a essa sistemática de horário de chegada sem horário de saída.

Juliana, 17 anos, aluna da Somerville High School, trabalha todos os dias em um consultório dentário, onde é secretária. Trabalha das 3:30 até as 8:30 ou 9 horas, dependendo do movimento do consultório. Se estiver muito cheio fica até as 9:30 ou 10 horas, até fechar o consultório e esterilizar tudo. “E voce dá conta de fazer as lições de casa?” “Não, nem todas, faço algumas, aquelas dos professores mais bravos, aqueles que pegam mais no pé da gente”.

Essa dupla vinculação trabalho e escola está relacionada aos objetivos e valores desses jovens e adolescentes. Influenciados pelo ambiente imigrante no qual estão inseridos, seu objetivo na escola passa a ter um sentido muito prático: visam sobretudo aprender inglês e logo que podem, ganhar dinheiro, inserindo-se no mercado de trabalho. A perspectiva de ganhar dinheiro é em geral fascinante pra eles, o que é um lado da vida inteiramente novo em relação ao Brasil.

O trabalho é um elemento central na vida desses adolescentes imigrantes. Os que ainda não estão trabalhando, estão em geral na faixa etária mais jovem, entre 13 e 14 anos e mais cedo ou mais tarde sua perspectiva é também se integrar de alguma forma no mercado de trabalho, mesmo ainda estando na escola. O trabalho é também o elo principal de sua inserção na comunidade imigrante brasileira e na família.

Nesse mundo permeado pelo denominador comum do trabalho, é comum os pais não terem tempo nem interesse em acompanhar a vida escolar dos filhos, o que está diretamente relacionado ao mesmo fator que leva esses filhos a trabalharem depois da escola: é o mundo

do trabalho, do ganhar dinheiro e do consumo, a mola mestra principal no cotidiano desses imigrantes. A escola, no contexto desse mundo do trabalho, passa a ser apenas o lugar onde os filhos vão para melhor se instrumentalizarem para a vida do trabalho, aprendendo inglês principalmente. Sandra, 18 anos, aluna da High School de Somerville e caixa no McDonalds, é um exemplo desse clima familiar imigrante:

"Eu não sei se encerre meus estudos na high school ou se tente fazer college. Porque lá em casa é muita pressão em cima de mim para eu trabalhar. A minha vontade é sempre estudar, mas tem sempre alguém tentando me tirar da escola. É isso o que me leva a essa indecisão".

Essa questão da escola como um local onde os filhos vão para aprender inglês e assim melhor se instrumentalizarem para a vida imediata de trabalho perpassa também a opção dos pais em relação ao tipo de escola. Escola pública sempre. E, dentre as públicas, de preferência as que não tenham programa bilíngüe, para que a criança já entre o mais rápido possível em contato com a língua inglesa. Como nos Estados Unidos é o local de residência o fator que determina a escolha da escola, os imigrantes terminavam por estudar em escolas bilíngües, que eram as que se localizavam preferencialmente em bairros imigrantes. Hoje já não se coloca essa questão, tendo em vista a eliminação em Massachusetts dos programas bilíngües.

É interessante como alguns adolescentes entrevistados em programas bilíngües em 2000 se posicionaram a esse respeito:

"Minha madrasta acha que o programa bilíngüe é errado. Mas eu acho assim (embora não diga nada a ela sobre isso), que a gente tem que ter a nossa língua. Se a gente fica estudando só inglês a gente esquece o português. Tem gente que eu conheço que está esquecendo o português, não tem mais a pontuação, esquece. Por isso que eu sou a favor desse programa, que permite que a gente vá mantendo a sua língua e aprendendo outra. Para mim, eu não quero esquecer o português, nunca".

Outro depoimento também nessa mesma direção:

"Aqui ninguém tem o passaporte (na verdade, ele se refere ao visto) de estudante, aqui ninguém tem documento mesmo. Então você vem aqui mas acaba voltando pra lá, não é? E vai chegar lá no Brasil falando inglês? Aí vai trabalhar, o cara vai pedir pra você escrever alguma coisa e você vai errar tudo, vai ter dificuldade. Então é bom você manter as duas línguas, não é?"

Em mais de uma ocasião, tanto nas entrevistas com orientadoras e psicólogos, quanto observando a reunião do Conselho de Cidadãos promovida pelo Consulado-Geral do Brasil,

foi levantada a questão da falta de interesse dos pais pelo desempenho escolar dos filhos, assim como o abandono dos filhos pelo fato dos pais estarem todo o tempo trabalhando ou, quando não, estarem na igreja.

No universo imigrante que tem esse denominador comum do mundo do trabalho, a escola deixa então de ter seu objetivo de preparação para a vida futura das crianças e adolescentes, para se tornar parte do objetivo mais imediato de os instrumentalizar para o mundo do trabalho e do consumo, mundo esse que é inclusive compartilhado com a escola na longa jornada diária dos imigrantes adolescentes.

Mesmo com todas essas adversidades a dificultarem seu desempenho escolar, muitas histórias de sucesso dos estudantes brasileiros fazem parte do imaginário da comunidade, histórias essas que são reforçadas por alguns fatos reais que são rapidamente socializados entre todos. E mais. A grande maioria desses adolescentes pretende fazer faculdade. Entre os 73 que responderam ao questionário, 69% pretendem fazer faculdade nos Estados Unidos; 18% no Brasil; 7% no Brasil e nos Estados Unidos; e apenas 6% não pretendem fazer faculdade. Este assunto será desenvolvido na seção seguinte.

O desafio da educação universitária

Para o expressivo número de adolescentes cuja situação imigratória ainda não foi regularizada, um fator crucial os separa dos adolescentes nascidos em solo norte-americano: a falta de documentação que dificulta e, em muitos casos, impede seu ingresso na universidade.

O acesso do estudante indocumentado ao ensino superior é uma das principais preocupações das famílias e lideranças comunitárias brasileiras na Nova Inglaterra. Para o adolescente brasileiro em situação imigratória ainda irregular, a compreensão, muitas vezes súbita, de que não poderá prosseguir seus estudos após a conclusão do segundo grau (*high school*) é freqüentemente fonte de intensa frustração pessoal, conflitos familiares e escolhas profissionais muito aquém de suas potencialidades. Essa parcela da comunidade encontra-se, com efeito, em um “limbo” entre, por um lado, os imigrantes adultos - seus pais - que se inseriram voluntariamente em um mercado de baixa qualificação profissional e, por outro, os filhos de brasileiros já nascidos em território norte-americano - a segunda geração em sentido mais estrito, a quem são assegurados todos os direitos de cidadania, inclusive o acesso à universidade e a uma formação profissional qualificada. Particularmente sensível é a situação dos adolescentes nascidos no Brasil que, ainda indocumentados, têm irmãos menores que são

cidadãos americanos natos. Essa disparidade, como se pode facilmente concluir, gera profundos efeitos negativos sobre a dinâmica familiar do imigrante.

Depoimentos colhidos junto a adolescentes brasileiros confirmam a importância que muitos atribuem à formação acadêmica: “entrar na universidade é a única maneira de conseguir uma boa profissão”; “o que eu mais gosto nos Estados Unidos é a minha escola”, “eu não queria fazer o mesmo trabalho que a minha mãe faz hoje” são frases frequentemente ouvidas, com variações, pelas autoras deste artigo. Ao mesmo tempo, outros afirmam que “esse tanto de livro até assusta” e “eu sei que não vou entrar na universidade mesmo”. Motivação e empenho escolar muitas vezes dão lugar a um sentimento de revolta contra o país de destino, percebido como “injusto”, e contra os pais, pois “se eu tivesse ficado no Brasil, agora podia fazer vestibular”. O vestibular no Brasil, evidentemente, já não configura uma opção possível, uma vez que esses adolescentes estudaram por vários anos no sistema escolar norte-americano e em geral apresentam, como é natural, sérias limitações no tocante ao domínio da língua portuguesa e de outras disciplinas ministradas durante o segundo grau no sistema educacional brasileiro. A essa altura, a constatação de que a universidade está fora de alcance atinge em cheio não apenas o estudante, mas também seus pais, para quem essa é uma realidade de difícil aceitação, que gera profundos questionamentos sobre se foi acertada, afinal, a decisão de emigrar.

Além dos efeitos sobre a auto-estima e o relacionamento familiar, a falta de acesso à universidade tem também implicações óbvias sobre a capacitação profissional e o nível de renda. Sobretudo em uma sociedade pós-industrial como a norte-americana, tende a crescer o fosso entre indivíduos empregados nos setores da economia intensivos em conhecimento e aqueles empregados nos setores industrial e de serviços. Como observado na bibliografia referenciada na Introdução, a situação do final do século XX e início do XXI é bem diferente daquela vivenciada pelos migrantes do início do século XX.

Ocorre porém que os obstáculos à educação universitária terminam por levar muitos estudantes brasileiros a abandonar a escola antes mesmo de concluir o segundo grau e a optar por atividades profissionais menos qualificadas. Estas, embora ofereçam remuneração francamente sedutora para um adolescente, a médio e longo prazo limitam suas possibilidades de crescimento profissional e o condenam a perpetuar a situação de trabalhador de baixa qualificação, característica dos imigrantes de primeira hora. É forçoso reconhecer que, nessa decisão, o adolescente é por vezes influenciado pelos próprios pais, que não o ajudam a transpor a barreira do imediatismo, seja por falta de informação sobre a relação direta entre nível de escolaridade e de renda ou até mesmo, conforme já observado

por profissionais da área educacional, por um mal-disfarçado temor de que a ascensão educacional e social leve o filho a experimentar, mais tarde, sentimentos de rejeição à família de origem humilde³.

Do ponto de vista da comunidade brasileira como um todo, verifica-se, ainda, um efeito negativo adicional: a perpetuação dos imigrantes em atividades de baixo nível de qualificação limita suas chances de alcançar postos-chave nas administrações local e estadual, no terceiro setor, no pequeno e médio empresariado e em outras atividades que são essenciais para que o imigrante possa se inserir plenamente na sociedade que o acolheu, ampliar sua capacidade de mobilização política e influir no processo decisório em diversas questões de seu interesse, a exemplo do que já fizeram, com êxito, outros grupos imigrantes mais antigos e enraizados nos EUA. A falta de acesso à universidade gera, assim, prejuízos que ultrapassam a esfera individual e familiar, atingindo de maneira indireta toda a comunidade e retardando seu processo de amadurecimento e integração.

A questão do acesso do estudante indocumentado à universidade tem hoje, portanto, particular relevância e atualidade para a comunidade brasileira nos EUA e, no caso específico sob estudo, em Massachusetts. No tocante à atuação das lideranças comunitárias e do agente consular, há ainda dois aspectos adicionais que devem ser considerados: o primeiro é o imperativo de apoiar ativamente um segmento da comunidade brasileira que enfrenta uma situação complexa e com profundas repercussões futuras mas cuja habilidade de articulação em causa própria é extremamente limitada pela pouca idade e quase nenhuma experiência. O segundo aspecto diz respeito à necessidade de mobilização política com vistas à busca de soluções, uma vez que estas últimas devem necessariamente surgir na esfera do Poder Legislativo. Dessa forma, a questão do acesso ao ensino superior configura, pode-se dizer, um verdadeiro teste pelo qual se poderá avaliar a capacidade de atuação concertada e o próprio estágio de amadurecimento da comunidade.

Quais são, afinal, os obstáculos ao ingresso do estudante indocumentado na universidade? A pergunta surge naturalmente quando se tem em mente que, até o término do segundo grau, o sistema escolar norte-americano admite o acesso do estudante em situação imigratória irregular. Com efeito, o direito da criança imigrante indocumentada de frequentar a escola foi consagrado em decisão da Suprema Corte norte-americana no caso *Plyler versus Doe*⁴, pela qual as escolas públicas não poderiam negar àqueles estudantes o acesso à

³ Luciana Andreazi faz referência a esse aspecto no workshop "Opções Educacionais para Jovens Imigrantes", durante a Primeira Semana do Brasil em Harvard (8 a 11 de abril de 2003)

⁴ Ver *Plyler v. Doe*, 475 U.S. 202 (1982)

educação. Na ocasião, a Suprema Corte declarou que crianças indocumentadas têm tanto direito à educação pública gratuita quanto aquelas portadoras da cidadania norte-americana ou de residência permanente. Estão elas, na verdade, obrigadas - como quaisquer outros estudantes - a freqüentar a escola até a idade mínima estabelecida por lei ⁵.

No caso da educação universitária, porém, essa proteção não prevalece. Segundo pesquisa efetuada pelo National Immigration Law Center, cerca de 50.000 a 75.000 estudantes indocumentados concluem o *high school* nos EUA a cada ano. No entanto, não há homogeneidade entre a legislação federal, as legislações estaduais e as políticas adotadas pelas próprias instituições de ensino superior, o que termina gerando, em diferentes estados norte-americanos, práticas diferenciadas e um tratamento desigual dispensado aos estudantes.

Em nível federal, dois dispositivos legais do Código Civil dos EUA aprovados em 1996, a saber o 8 U.S.C. 1623 e o 8 U.S.C. 1621, tornaram mais difícil o acesso do estudante indocumentado à universidade. O primeiro estabelece que um Estado não poderá estender ao não-nacional ilegalmente presente nos Estados Unidos determinados benefícios locais e estaduais, inclusive aqueles relativos à educação pós-secundária, a menos que o mesmo benefício seja estendido aos cidadãos ou nacionais não-residentes naquele Estado. Em outras palavras, se um determinado Estado estender aos estudantes indocumentados ali residentes o benefício da anuidade reduzida (a chamada *in-state tuition*), ficará obrigado a estender o mesmo benefício aos estudantes provenientes de qualquer outro Estado (os quais hoje em dia pagam a *out-of-state tuition*, de valor significativamente mais elevado). O acesso à universidade torna-se bastante difícil, assim, em consequência do ônus financeiro que as anuidades integrais (ou *out-of-state tuitions*) representam. Como ilustração, os *community colleges* norte-americanos cobram, em média, anuidades de US\$ 1.600,00 dos estudantes residentes e de US\$ 4.000,00 dos não-residentes. Em Massachusetts, a diferença pode ser ainda maior: em 2003, as anuidades cobradas pelo Mass Bay Community College foram de US\$ 7.200,00 para os estudantes não-residentes e de US\$ 2,256.00 para os residentes.

Por sua vez, o 8 U.S.C 1621 também estabelece que imigrantes indocumentados não fazem jus a benefícios estaduais ou locais relativos à educação pós-secundária. No entanto, ao contrário do anterior, este dispositivo prevê que um Estado poderá estender a um não-nacional ilegalmente presente nos EUA determinados benefícios locais ou estaduais, inclusive a educação pós-secundária, mediante a aprovação de legislação posterior.

⁵ Curiosamente, crianças portadoras de visto de turista ainda válido podem ter seu acesso à escola pública negado, caso a escola tome conhecimento dessa situação migratória.

Como se vê, o obstáculo imposto pela legislação federal diz respeito ao valor das anuidades e à possibilidade de obtenção de auxílio financeiro. Não há, porém, legislação federal que expressamente proíba o estudante indocumentado de ingressar na universidade. Da mesma forma, não parece existir legislação em nível estadual destinada a proibir esse acesso. Verifica-se, porém, que grande número de universidades e mesmo *community colleges* adotam uma política restritiva ao acesso do estudante indocumentado. No caso de Massachusetts, por exemplo, dois levantamentos realizados em ocasiões diferentes⁶ confirmaram que, muito embora não haja proibição expressa em lei, a conquista de um diploma universitário é dificultada não apenas pelo valor das anuidades de não-residente, mas também porque, muito embora a comprovação de regularidade imigratória não seja exigida no momento da matrícula em algumas instituições, será exigida no momento de conclusão do curso, sem o que o diploma não será emitido. Outras universidades simplesmente não processam os formulários de inscrição que não contenham um número de seguro social. Após 11 de setembro de 2001, as instituições de ensino superior passaram a aplicar critérios mais rigorosos no tocante à situação imigratória do aluno, seja no momento da admissão, seja no momento da conclusão do curso.

Apesar de todos esses empecilhos, há contudo inúmeras iniciativas em favor do estudante indocumentado no âmbito do poder legislativo dos EUA.

Na esfera federal, a primeira iniciativa legislativa relevante em favor do estudante indocumentado foi o projeto de lei H. R. 1918, apresentado no Congresso norte-americano em 21 de maio de 2001. Reapresentado em abril de 2003 sob o número H.R. 1684 e copatrocinado por 15 congressistas republicanos e 15 democratas, o chamado Student Adjustment Act contém dois dispositivos básicos: o primeiro revogaria o 8 U.S.C. 1623, segundo o qual o Estado que conceder *in-state tuition* ao imigrante indocumentado fica obrigado a estender o mesmo benefício a todos os estudantes de fora do Estado. Em outras palavras, restauraria a prerrogativa de cada Estado de, segundo suas próprias regras, estabelecer critérios de residência para fins de cobrança de anuidade. O segundo dispositivo desse projeto de lei permitiria aos estudantes de *high school* que preencham certos requisitos solicitar o cancelamento de suas ordens de remoção, a fim de que possam, no futuro, regularizar sua situação imigratória. Os requisitos são: menos de 21 anos; matrícula em curso secundário ou pós-secundário; presença física nos EUA e bom caráter moral (“good moral character”) por um período mínimo de cinco anos antes de solicitar o ajuste imigratório. Em

⁶ O primeiro levantamento foi realizado em 2000 por Josué Maranhão, membro do Conselho de Cidadãos Brasileiros na Nova Inglaterra; e o segundo em 2002, pelo Centro do Imigrante Brasileiro.

qualquer caso, somente fariam jus ao ajuste migratório candidatos que tenham imigrado para os EUA até os 15 anos de idade.

No Senado Federal, foi apresentado, em junho de 2002, projeto de lei semelhante, intitulado Development, Relief, and Education for Alien Minors Act (Senate Bill 1291). De autoria do Senador Orrin Hatch (R-Utah), este projeto, apelidado DREAM Act, foi reintroduzido em julho de 2003 sob o número S. 1545, com o copatrocinio do Senador Richard Durbin (D-Illinois). Caso aprovado, também revogaria os atuais dispositivos que impedem os Estados de oferecer *in-state tuition* a estudantes indocumentados e facilitaria a obtenção de residência legal permanente para os estudantes que cumprirem determinados requisitos.

Da forma como foi reintroduzido em 2003, o S. 1545 não contém limite máximo de idade, de modo a ampliar o número de potenciais beneficiários. Por outro lado, torna mais rígidos determinados requisitos e elimina isenções para aqueles que, em função de antecedentes criminais, sejam passíveis de deportação. O projeto de lei determina que somente se beneficiariam aqueles estudantes que tenham ingressado em território norte-americano no mínimo cinco anos antes da entrada em vigor do dispositivo. Estudantes que tenham imigrado para os EUA menos de cinco anos antes da vigência da lei, ou que venham a imigrar ilegalmente no futuro, não seriam beneficiados.

Embora limitado, portanto, o projeto de lei S. 1545 abre uma janela de oportunidade para uma parcela dos estudantes imigrantes indocumentados. Além de facultar a cada Estado o oferecimento de anuidades reduzidas aos estudantes que neles tenham residência (não no sentido legal, mas no sentido físico do termo), ofereceriam aos estudantes, cuja esmagadora maioria emigrou para os EUA por decisão alheia à própria vontade, uma possibilidade de regularizar sua situação migratória.

As perspectivas de aprovação seja do DREAM Act seja do Student Adjustment Act são, contudo, incertas. Segundo Marcony Almeida, do Centro do Imigrante Brasileiro, várias organizações pró-imigrante estão bastante otimistas, em razão do apoio que tanto democratas quanto republicanos vêm emprestando àquela iniciativa. Por outro lado, organizações como a Federation for American Immigration Reform e membros do próprio Poder Legislativo argumentam que semelhante legislação representaria um incentivo adicional à imigração ilegal, uma recompensa aos que desobedecem as leis norte-americanas e um encargo injusto sobre o contribuinte, seja ele cidadão ou residente permanente nos Estados Unidos. Como facilmente se conclui, essa argumentação encontra hoje ressonância junto a significativa parcela da opinião pública, sobretudo diante do clima restritivo à imigração ilegal que se

acentuou a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Esta é, sem dúvida, uma das razões pelas quais diversas organizações comunitárias vêm concentrando esforços em iniciativas no âmbito legislativo estadual, valendo-se da redação dada ao 8 U.S.C. 1621, que resguarda a prerrogativa dos Estados de mudar os critérios para determinação de residência mediante a aprovação de legislação posterior.

Em alguns Estados, essas iniciativas já obtiveram resultados concretos. Já em junho de 2001, o Texas tornou-se o primeiro Estado a aprovar legislação que concede *in-state tuition* aos imigrantes indocumentados que tenham vivido naquele Estado há pelo menos três anos e lá concluído o segundo grau. Entre 2002 e 2003, Califórnia, Illinois, New York, Oklahoma, Utah e Washington também aprovaram dispositivos legais semelhantes. No momento, projetos de lei estão sendo apreciados em vários outros Estados: Arizona, Carolina do Norte, Colorado, Flórida, Geórgia, Havai, Kansas, Maryland, Massachusetts, Minnesota, Nebraska, Nova Jersey, Oregon, Rhode Island, Virgínia e Wisconsin.

Na esfera estadual em Massachusetts, o projeto de lei nº S. 237 / H. 3136 foi apresentado à Comissão Conjunta de Educação, Artes e Humanidades do parlamento estadual em janeiro de 2003 pelo Senador Estadual Jarret Barrios e pela Deputada Estadual Marie St.-Fleur, ambos afiliados ao Partido Democrata. Caso aprovado, facultará a *in-state tuition* aos estudantes indocumentados que tenham concluído o *high school* naquele Estado após lá estudar durante pelo menos três anos. Segundo cálculos da Massachusetts Immigrant and Refugee Coalition (MIRA), organização local sem fins lucrativos, 300 a 400 estudantes daquele Estado seriam beneficiados a cada ano com a aprovação da nova lei. Os proponentes do projeto de lei argumentam que, muito embora indocumentadas, as famílias imigrantes pagam impostos estaduais e, por conseguinte, seria justo que se beneficiassem das anuidades reduzidas. No entanto, a proposta enfrenta oposição de membros do Poder Legislativo estadual, como o Senador Estadual Republicano Guy Glodis, para quem a aprovação dessa lei equivaleria a tornar sem valor a cidadania norte-americana ou a residência permanente, colocando em pé de igualdade residentes legais e ilegais.

Em Massachusetts, um dos primeiros foros de discussão sobre o acesso do estudante indocumentado à universidade foi um grupo de estudos interdisciplinar criado em 2001 no âmbito do Center for Immigrant & Refugee Community Leadership & Empowerment (CIRCLE), um programa do College of Public and Community Service da Universidade de Massachusetts, em Boston. Em um estágio ainda bastante preliminar do que viria a se tornar a campanha pelo acesso à universidade em Massachusetts, aquele grupo de estudos teve o

mérito de servir como ponto focal para a identificação de agentes (organizações e indivíduos) interessados no tema, para a pesquisa e análise da legislação relevante sobre o mesmo, em nível federal e nos diferentes Estados norte-americanos e, por fim, para a discussão de estratégias alternativas de mobilização em larga escala.

No decorrer das discussões, integrantes do grupo decidiram criar o que se poderia descrever como uma coalizão informal, a “Força-Tarefa para o Acesso do Imigrante Indocumentado à Educação Superior”. Essa coalizão, que vem atuando desde então, congrega entidades pró-imigrante como a MIRA, o Grupo Mulher Brasileira, o Centro do Imigrante Brasileiro, o Irish Center, o East Boston Ecumenical Community Council (EBECC), e também participantes individuais, como professores, orientadores educacionais e outros que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com a questão. A Força-Tarefa passou a organizar diversas iniciativas paralelas, como a coleta de depoimentos de estudantes indocumentados, a obtenção de manifestações de apoio por parte de profissionais da área de educação, empresários, membros das forças policiais e outros favoráveis à causa, além de atos públicos e uma visita ao Congresso norte-americano em agosto de 2002.

Desde o início da campanha pelo acesso do estudante indocumentado à universidade, várias lideranças comunitárias brasileiras vêm participando ativamente do movimento. Já em 2000, uma das primeiras ações nesse sentido tivera origem no âmbito do Conselho de Cidadãos Brasileiros na Nova Inglaterra. Naquela ocasião, os membros do Conselho selecionaram o tema como prioritário e criaram a Comissão de Assuntos Educacionais, que, sob a coordenação da jornalista Heloisa Souza, fundadora e presidente do Grupo Mulher Brasileira, ficou encarregada de acompanhá-lo. Desde o primeiro momento, o Grupo Mulher Brasileira e o Centro do Imigrante Brasileiro integraram o grupo de estudos interdisciplinar da Universidade de Massachusetts, a fim de obter informações que pudessem ser transmitidas à comunidade brasileira, bem como a identificar possíveis linhas de ação. Em momento posterior, também a Massachusetts Alliance for Portuguese Speakers (MAPS) associou-se ao movimento por intermédio de seu programa de formação de jovens lideranças.

Com isso, três das mais expressivas organizações locais de apoio ao imigrante brasileiro passaram a atuar concertadamente na campanha. Ao fazê-lo, uniram esforços com entidades pró-imigrante como o Irish Center, o EBECC, agência voltada para as comunidades hispânica e brasileira na região de East Boston; o Centro Presente, voltado para a comunidade centro-americana; e a Community Action Agency of Somerville (CAAS), atuante sobretudo junto às comunidades hispânica e haitiana. O esforço de coordenação das organizações comunitárias brasileiras também vem sendo apoiado pelo Consulado-Geral do Brasil em

Boston, que vem propondo e participando de iniciativas tais como o envio de cartas e a realização de visitas a parlamentares estaduais, com vistas a sensibilizá-los para o peso do componente imigrante na economia regional e a conseqüente importância de se proporcionarem às famílias imigrantes condições plenas de integração à sociedade local.

Na avaliação de Heloisa Souza, porém, mais importante do que a coordenação da Força-Tarefa é o papel dos próprios estudantes e de suas famílias. Como ilustração, menciona ela a ativa participação dos estudantes nas reuniões preparatórias, durante as quais eles se familiarizam com o processo de tramitação de um projeto de lei no Poder Legislativo, sobre os procedimentos de uma audiência pública e o formato dos depoimentos que deverão prestar.

O envolvimento das lideranças comunitárias brasileiras no tema ficou evidente também por ocasião da Primeira Semana do Brasil em Harvard, evento realizado em abril de 2003 pelo Departamento de Línguas e Literaturas Românicas e pelo Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Harvard, com o apoio do Consulado em Boston e do Grupo Mulher Brasileira. A programação da Semana do Brasil incluiu um sessão informativa sobre opções educacionais para os jovens imigrantes, que reuniu expressiva audiência⁷.

Durante o debate, foram discutidas não apenas as perspectivas de aprovação de projetos de lei em favor do estudante indocumentado, mas também as etapas do processo de admissão nas universidades norte-americanas, diferenças entre universidades e community colleges, fontes de informação disponíveis para o aluno de high school e outros elementos essenciais para o êxito do estudante que almeja ingressar na universidade, os quais nem sempre estão facilmente ao alcance do adolescente imigrante. Registre-se, a propósito, que a participação de quatro profissionais brasileiras da área educacional demonstrou que o imigrante brasileiro na Nova Inglaterra já não se limita a desenvolver atividades de baixa qualificação na economia regional, mas, ao contrário, vem logrando transpor a barreira do subemprego e ocupar postos de trabalho até mesmo no governo local.

Com as recentes aprovações de projetos de lei semelhantes em outros Estados norte-americanos, a campanha de mobilização em Massachusetts vem ganhando impulso. Em junho de 2003, vários adolescentes brasileiros juntaram-se a outros provenientes de países tão diversos como Cabo Verde, El Salvador e Vietnã na primeira audiência pública sobre o projeto de lei n. S. 237 / H. 3136, realizada na Comissão de Educação do Congresso estadual. Vencendo temores naturais quanto a revelar sua condição de indocumentados¹⁰, os estudantes

⁷ Conduziram a sessão informativa Marcia Loureiro, Ana Velasco, Heloisa Souza, Luciana Andreazi e Valquíria Cabral.

brasileiros deram testemunho de suas expectativas de seguir uma carreira universitária diante dos parlamentares, da imprensa local e de uma atenta platéia. Os testemunhos revelaram estudantes motivados, com desempenho acadêmico freqüentemente acima da média, mas que se acham impedidos de concretizar sua aspiração a um diploma universitário.

A despeito de projeções otimistas, contudo, a campanha pelo acesso à universidade ainda não chegou a bom termo em Massachusetts. Várias são as etapas a ser cumpridas antes que o correspondente projeto de lei seja submetido a votação. Diversas lições já podem, contudo, ser extraídas desse movimento. As lideranças comunitárias vêm dando mostra de crescente amadurecimento, pois se revelaram capazes de, vencendo discordâncias e até mesmo animosidades que anteriormente as caracterizavam, trabalhar de forma concertada em prol de um objetivo de grande interesse para a comunidade como um todo. O tema ilustra também a importância de que a comunidade brasileira rompa o isolamento que ainda a caracteriza e busque aproximar-se de outras comunidades imigrantes mais tradicionais nos Estados Unidos, como a hispânica e a asiática, com as quais muito pode ser aprendido sobre estratégias de mobilização, principalmente no âmbito legislativo. Por fim, o movimento pelo acesso à universidade demonstra que, à medida que a comunidade imigrante ganha raízes e se integra à sociedade local, as questões de seu interesse são cada vez menos de caráter assistencialista e mais de caráter político, passando a exigir um grau crescente de articulação com organizações norte-americanas de apoio ao imigrante.

Essas lições, além de seu valor mais imediato para os atuais representantes comunitários, têm uma relevância que ultrapassa o curto prazo, pois estão também sendo vivenciadas e absorvidas pelos jovens brasileiros que, em alguns anos, tenderão a assumir futuras posições de liderança na comunidade imigrante. O papel dessa geração é decisivo no processo de solidificação da comunidade brasileira nos Estados Unidos, pois é ela que constituirá a ponte entre os primeiros contingentes de imigrantes adultos e a segunda geração propriamente dita – os filhos de brasileiros já nascidos em solo norte-americano. A superação das barreiras educacionais e o aprendizado da mobilização por parte desses jovens imigrantes afigura-se essencial na definição do perfil que a comunidade brasileira irá progressivamente delineando para si própria nas próximas etapas de sua inserção na sociedade norte-americana.

Bibliografia

ALBA, R. D. *Italian American: Into the Twilight of Ethnicity*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1985

ASSIS, Gláucia de Oliveira. "Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: SALES, Teresa e REIS, Rossana, *Cenas do Brasil Migrante*, São Paulo, Boitempo Editorial, 1999

BEZERRA, Bernadete. *Brazilian Immigrants in the United States - Cultural Imperialism and Social Class*. New York, LFB Scholarly Publishing LLC, 2003

FUSCO, Wilson. *Redes Sociais na Migração Internacional: o caso de Governador Valadares*. Campinas, Cadernos NEPO, 2001

GOZA, Franklin. "Brazilian Immigrants to North America". *International Migration Review*, v. 28, n. 1, 1994

HIRSCHMAN, Charles. "Studying Immigrant Adaptation from the 1990 Population Census: From Generational Comparisons to the Process of 'Becoming American'". In: PORTES, Alejandro. *The New Second Generation*. New York, Russel Sage Foundation, 1996

KELLY, M. Patricia Fernández and SCHAUFFLER, Richard. "Divided Fates: Immigrant Children and the New Assimilation". In: PORTES, Alejandro. *The New Second Generation*. New York, Russel Sage Foundation, 1996

LIEBERSON, S. *A Piece of the Pie: Blacks and White Immigrants since 1880*. Berkeley, University of California Press, 1980

MARGOLIS, Maxine. *Little Brazil - An Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City*, Princeton University Press, 1993

_____. *Little Brazil - Imigrantes Brasileiros em Nova York*, Campinas, Papyrus, 1884

MARTES, Ana Cristina Braga. *Brasileiros nos Estados Unidos - Um Estudo sobre Imigrantes em Massachusetts*. São Paulo, Paz e Terra, 1999

PERLMANN, Joel and WALKINGER, J. "Second Generation Decline? Children of Immigrants, Past and Present - A Reconsideration" *International Migration Review*, vol. XXXI, n. 4, 1997

PORTES, Alejandro. *The New Second Generation*. New York, Russel Sage Foundation, 1996

_____ (a) "Preface". In: PORTES, Alejandro. *The New Second Generation*. New York, Russel Sage Foundation, 1996

_____ (b) "Introduction: Immigration and its Aftermath". In: PORTES, Alejandro. *The New Second Generation*. New York, Russel Sage Foundation, 1996

PORTES, Alejandro and SCHAUFFLER, Richard. "Language and the Generation: Bilingualism Yesterday and Today". In: PORTES, Alejandro. *The New Second Generation*. New York, Russel Sage Foundation, 1996

RUMBAUT, Rubén G. "Origins and Destinies: Immigration to the United States since World War II". *Sociological Forum*, 9(4), 1994

_____ "The Crucible Within: Ethnic Identity, Self-Esteem, and Segmented Assimilation Among Children of Immigrants". In: PORTES, Alejandro. *The New Second Generation*. New York, Russel Sage Foundation, 1996

SALES, Teresa. *Brasileiros Longe de Casa*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Brazilians Away from Home*, New York, Center for Migration Studies, 2003

SOWELL, T. *Ethnic America: A History*. New York, Basic Books, 1981

SUÁREZ-OROZCO, Carola & Marcelo. *Transformations - Migration, Family Life, and Achievement Motivation Among Latino Adolescents*. Standord, California, Stanford University Press, 1995

SUÁREZ-OROZCO, Carola e SUÁREZ-OROZCO, Marcelo M. *Children of Immigration*. Cambridge, Harvard University Press, 2002.

ZHOU, Min and BANKSTON III, Carl. "Social Capital and the Adaptation of the Second Generation: The Case of Vietnamese Youth in New Orleans". In: PORTES, Alejandro. *The New Second Generation*. New York, Rossel Sage Foundation, 1996

¹⁰ Recorde-se, a propósito, o caso do estudante mexicano indocumentado Jesus Apodaca, que, em 11 de agosto de 2002, revelou ao jornal ‘The Denver Post’, do Estado do Colorado, sua situação imigratória irregular e sua impossibilidade de arcar com a “out-of-state tuition”. Sua entrevista trouxe-lhe a atenção indesejada do congressista Tom Tancredo (Republicano-Colorado), que contactou o escritório do Serviço de Imigração e Naturalização (INS) em Denver, solicitando fosse investigada a situação da família Apodaca. O caso teve indiscutível repercussão junto aos imigrantes indocumentados nos EUA e suscitou receios por parte dos estudantes e de suas famílias quanto aos eventuais riscos de prestarem declarações semelhantes.